

PPI					
Portos					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
<b>Companhia de Docas do Espírito Santo - CODESA</b>	ES	Desestatização	<a href="#"><u>Decreto nº 9.852, de 25 de junho de 2019</u></a>	<p><u>Fase Atual:</u> Estudos</p> <p>Previsão Edital: 4º trimestre de 2020</p>	<p>A desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) tem o objetivo de modernizar a sua gestão portuária, atrair investimentos e melhorar a operação do setor com a parceria de investimentos privados.</p> <p>O objeto social da CODESA é exercer a função de Autoridade Portuária e administrar e explorar comercialmente os portos organizados de Vitória, Capuaba, Praia Mole e Barra do Riacho e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Espírito Santo que lhe forem incorporadas.</p>
<b>Porto Organizado de São Sebastião</b>	SP	Desestatização	<a href="#"><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></a>	<p><u>Fase Atual:</u> Estudos</p> <p>Previsão Edital: 1º trimestre de 2021</p>	<p>O projeto consiste na desestatização do Porto Organizado de São Sebastião/SP, bem como dos serviços públicos portuários relacionados.</p>

<b>Porto Organizado de Santos e Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP</b>	SP	Desestatização	<u><a href="#">Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</a></u>	<u>Fase Atual:</u> Estudos  Previsão Edital: 3º trimestre de 2021	Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.  Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 69, de 21 de agosto de 2019, na qual opina para qualificação no âmbito do PPI o Porto Organizado de Santos/SP, bem como serviços públicos portuários a este relacionado, para fins de estudos de desestatização.
---	----	----------------	--	---	---

Aeroportos					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
<b>6ª Rodada de Concessões Aeroportuárias – Blocos Sul, Norte I e Central</b>	AC,AM,GO,M A,PR,PE,PI,R S,RO,RR,SC, TO	Concessão Comum	<a href="#"><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></a>	<u>Fase Atual:</u> Estudos Previsão Edital: 3º trimestre de 2020	Projeto de concessão para ampliação, manutenção e exploração de 22 terminais aeroportuários. Bloco Sul:1. Aeroporto Internacional da Curitiba, 2. Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, 3. Aeroporto Internacional de Navegantes, 4. Aeroporto de Londrina, 5. Aeroporto de Joinville,6. Aeroporto de Bacacheri, 7. Aeroporto Internacional de Pelotas, 8. Aeroporto Internacional de Uruguaiana, 9. Aeroporto Internacional de Bagé. Bloco Norte I:1. Aeroporto Internacional de Manaus,2. Aeroporto Internacional de Porto Velho,3. Aeroporto de Rio Branco,4. Aeroporto Internacional de Boa Vista,5. Aeroporto Internacional Cruzeiro do Sul, 6. Aeroporto Internacional de Tabatinga,7. Aeroporto de Tefé.Bloco Central: 1. Aeroporto de Goiânia,2. Aeroporto Internacional de São Luís,3. Aeroporto de Teresina,4. Aeroporto de Palmas,5. Aeroporto de Petrolina,6. Aeroporto de Imperatriz.
<b>7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias</b>			Anúncio Governamental	<u>Previsão:</u> 1º trimestre de 2022	Incluirá, entre outros, os terminais de Congonhas e Santos Dumont.

<p><b>Rede DAESP</b></p>	<p>SP</p>	<p>Concessão comum</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase Atual:</u> Consulta Pública</p> <p>Previsão de Edital: fev./2020</p>	<p>Concessão para ampliação, operação, manutenção e exploração da infraestrutura dos 20 aeroportos administrados pelo Daesp. Inclui os aeroportos de São José dos Campos, Barretos e Guaratinguetá, hoje operados pela Infraero.</p>
<p><b>Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária)</b></p>	<p>MG,RJ,SP</p>	<p>Desestatização</p>	<p><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></p>	<p><u>Previsão para venda:</u> <u>2º semestre de 2020.</u></p>	<p>Alienação das participações acionárias da Infraero correspondentes a 49% do capital social das concessionárias dos seguintes aeroportos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP),</li> <li>2. Aeroporto Internacional de Confins (MG),</li> <li>3. Aeroporto Internacional do Galeão (RJ),</li> <li>4. Aeroporto Internacional de Brasília (DF).</li> </ol>

Rodovias					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
<b>Concessão das Rodovias BR-153/282/470/SC e SC-412</b>	SC	Concessão Comum	<a href="#"><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></a>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos.</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 4º trimestre de 2020.</p> <p><u>Previsão Leilão:</u> 1º trimestre de 2021</p>	Os trechos a serem concedidos são: 1. Rodovia BR-470, entre Navegantes/SC, até a divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; 2. Rodovia BR-282, entre o entroncamento com a BR-470, até o entroncamento com a BR-153; 3. Rodovia BR-153/SC, entre o entroncamento com a Rodovia BR-282, no Município de Irani, até a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; 4. SC-412, no trecho entre Itajaí, BR-101 até a entrada do Município de Gaspar.
<b>Concessão das rodovias BR-163/230/MT/PA - Trecho entre Sinop/MT e Miritituba/PA</b>	MT, PA	Concessão Comum	<a href="#"><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></a>	<p><u>Fase atual:</u> Consulta Pública</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020.</p> <p><u>Previsão Leilão:</u> 4º trimestre de 2020</p>	Os trechos a serem concedidos são: 1. Trecho da Rodovia BR-163/MT, entre a Divisa PA/MT ao Entroncamento MT-220, no Município de Sinop; 2. Trecho da Rodovia BR-163/PA, entre o Entroncamento com a BR-230/PA e a Divisa PA/MT; 3. Trecho da Rodovia BR-230/PA, entre o Entroncamento com a Rodovia BR-163/PA e a Travessia do Rio Tapajós.

<p><b>Concessão das rodovias BR-381/262/MG/ES - Trecho da BR- 381/MG entre Belo Horizonte e Gov. Valadares e BR-262/MG/ES entre João Monlevade/MG e Viana/ES</b></p>	<p>ES,MG</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><a href="#"><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></a></p>	<p><u>Fase atual:</u> Consulta Pública</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020</p> <p><u>Previsão Leilão:</u> 4º trimestre de 2020</p>	<p>Os trechos a serem concedidos são:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Rodovia BR-262/ES, no trecho entre o entroncamento com a BR-101(B) – Viana/ES - até a divisa ES/MG;</li> <li>2. BR-262/MG, no trecho entre Divisa ES/MG até o entroncamento com a BR-381/MG – João Monlevade/MG; e</li> <li>3. BR-381/MG, no trecho entre Belo Horizonte/MG até Governador Valadares/MG.</li> </ol> <p>O trecho em questão tem extensão de 672 km.</p>
<p><b>Concessão das Rodovias Integradas do Paraná - BR-153/158/163/272/277/369/373/376/476/PR e estaduais relevantes</b></p>	<p>PR</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><a href="#"><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></a></p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2021</p> <p><u>Previsão Leilão</u> 3º trimestre de 2021</p>	<p>Os eixos selecionados para estudos somam mais de 4.100 km e interligam o porto de Paranaguá, a Região Metropolitana de Curitiba (29 municípios), as regiões oeste e norte do Estado e a Ponte da Amizade, na fronteira com o Paraguai.</p>

<p><b>Concessão Rodovia BR 364/RO/MT – Porto Velho/RO a Comodoro /MT</b></p>	<p>MT, RO</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> estudos ainda não se iniciaram.</p>	<p>Proposta de concessão abrange o trecho entre o entroncamento com a BR-174 (A) em Comodoro/MT e Porto Velho/RO (Acesso Ulisses Guimarães), totalizando 806,3 quilômetros de extensão.</p>
<p><b>Concessão Rodovia BR 101/SC – Paulo Lopes a São João do Sul</b></p>	<p>SC</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº 9.059, de 25 de maio de 2017</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Aprovação do Primeiro Estágio com ressalvas pelo TCU, em sessão do dia 11.09.2019.</p> <p><u>Previsão Leilão:</u> 21.02.2020</p>	<p>A presente Concessão inicia-se no sul do município de Palhoça/SC (Rio Madre), no ponto onde se encerra a concessão Autopista Litoral Sul. Já o fim do trecho fica a cerca de 10 km da Divisa SC/RS, no município de São João do Sul/SC. A Concessão compreende uma extensão de 220,4 km.</p>
<p><b>Rodovia Federal BR-158/MT</b></p>	<p>MT</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> Aguardando início dos estudos.</p>	<p>O empreendimento contempla a implantação e pavimentação da BR-158, um dos eixos longitudinais do Estado do Mato Grosso na logística de transportes, em especial para o escoamento da safra de grãos, a qual requer licença de instalação para sua concretização. Localizado entre a Divisa dos estados do Mato Grosso e Pará e o município de Ribeirão Cascalheira/MT, totaliza 417,80 km de extensão, incluindo-se aí o segmento de contorno leste da Terra Indígena Marãiwatsédé.</p>

<p><b>Concessão Rodovia BR – 040/495/MG/RJ (Concer) – Juiz de Fora a Rio de Janeiro</b></p>	<p>RJ, MG</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº 9.059, de 25 de maio de 2017</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p> <p>Previsão Edital: 3º trimestre de 2020</p>	<p>O projeto do trecho da BR-040/MG/RJ faz a ligação entre o Rio de Janeiro/RJ e Juiz de Fora/MG. É o principal corredor rodoviário entre os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, além de ser um trecho relevante na rodovia radial que faz a ligação entre Brasília e Rio de Janeiro, Está implantado numa extensão de 180,4 km.</p>
<p><b>Concessão Rodovia BR – 116/465/101/SP/RJ (Dutra)</b></p>	<p>RJ, SP</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº 9.059, de 25 de maio de 2017</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> <u>Estudos</u></p> <p>Previsão Edital: 3º trimestre de 2020</p>	<p>O projeto do trecho da BR-116/RJ/SP (Nova Dutra) tem 402 km de extensão e faz a ligação entre as duas maiores regiões metropolitanas do País (São Paulo e Rio de Janeiro). A rodovia também é a principal ligação entre o Nordeste e o Sul do país, cortando 34 cidades.</p> <p>No estudo de pré-viabilidade o escopo do empreendimento foi aumentado para 635 km, sendo 346 km na BR-116/RJ/SP; 266 km na BR-101/RJ/SP e 23 km na BR-465/RJ.</p>



<p><b>Concessão Rodovia BR -116/493/RJ9/MG</b></p>	<p>RJ</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº 9.059, de 25 de maio de 2017</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020</p>	<p>O projeto do trecho da BR-116/RJ (Rodovia Santos Dumont), localizado na região onde estão os municípios de Duque de Caxias (a partir do entroncamento com a BR-040/RJ), Magé, Guapimirim, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sapucaia no Estado do Rio de Janeiro, indo até a divisa com Minas Gerais, próximo à cidade de Além Paraíba.</p> <p>Está implantado numa extensão de 142,5 km e o empreendimento é administrado pela Concessionária Rio-Teresópolis (CRT).</p>
<p><b>Concessão Rodovia BR -153/080/414/GO/TO</b></p>	<p>GO, TO</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> Consulta Pública</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2020.</p>	<p>Os trechos a serem concedidos são:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Rodovia BR-153/TO/GO, entre Aliança do Norte e Anápolis;</li> <li>2. Rodovia BR-080/GO, entre Gurupi (BR-153) até Assunção de Goiás (BR-414);</li> <li>3. Rodovia BR-414/GO, entre Assunção de Goiás até Anápolis.</li> </ol>

Ferrovias					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
<u>Concessão da EF-354 - Ferrovia de Integração Centro-oeste</u>	GO, MT	Concessão Comum	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Estudos	Ferrovia com cerca de 4.400km de extensão, desde o Litoral Norte Fluminense até Boqueirão da Esperança/AC.  Resolução do Conselho PPI, nº 41, 02.07.18
<u>Concessão do Tramo Norte do Ferroanel de São Paulo</u>	SP	Concessão Comum	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Estudos	Projeto de ramal ferroviário de 53 km de extensão que interligará Perus em São Paulo e Manoel Feio em Itaquaquecetuba, área contígua ao traçado do Rodoanel. Permitirá a movimentação de cargas do interior do Estado para o Porto de Santos, bem como a passagem de comboios entre o interior e o Vale do Paraíba.  Resolução do Conselho PPI, nº 41, 02.07.18.

<p><u>Ferrovia EF-170 – MT/PA</u> <u>- Ferrogrão</u></p>	<p>MT, PA</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº</u> <u>9.972, de 14 de</u> <u>agosto de 2019</u> <u>alterou o</u> <u>Decreto nº</u> <u>8.094, de 4 de</u> <u>setembro de</u> <u>2013.</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Consulta Pública <u>Previsão Edital:</u> 2º Trimestre de 2020</p>	<p>A ferrovia conta com uma extensão de 933 km, conectando a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao Estado do Pará, desembocando no Porto de Miritituba. Estão previstos, também, o ramal de Santarenzinho, entre Itaituba e Santarenzinho, no município de Rurópolis/PA, com 32 km, e o ramal de Itapacurá, com 11 km.</p>
<p><u>Ferrovia EF-334/BA -</u> <u>Ferrovia de Integração</u> <u>Oeste - Leste-FIOL</u> <u>(trecho entre Ilhéus/BA e</u> <u>Caetité/BA)</u></p>	<p>BA</p>	<p>Subconcessão</p>	<p><u>Decreto nº</u> <u>8.916, de 25 de</u> <u>novembro de</u> <u>2016.</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Consulta Pública <u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2020</p>	<p>A FIOL tem extensão de 1.527km, entre Ilhéus/BA e Figueirópolis/TO. O investimento total atual previsto para as obras dos trechos 1 e 2 da FIOL (Ilhéus/BA – Caetité/BA e Caetité/BA – Barreiras/BA) é da ordem de R\$ 6,4 bilhões. A Ferrovia constitui-se em importante corredor de escoamento de minério do sul do estado da Bahia (Caetité e Tanhaçu) e de grãos do oeste baiano. Há ainda a possibilidade de integração futura com a Ferrovia Norte-Sul, indo ao encontro do objetivo de integração das malhas ferroviárias e melhora das condições logísticas do país.</p>

Mobilidade Urbana					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
<u>Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)</u>	AL, MG, PB, PE, RN	Desestatização	<u>Decreto nº 9.999, de 3 de setembro de 2019</u>	<u>Fase atual:</u> estudos não iniciados. <u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2021	Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.
<u>Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb)</u>	RS	Desestatização	<u>Decreto nº 9.998, de 3 de setembro de 2019</u>	<u>Fase atual:</u> estudos não iniciados. <u>Previsão Edital:</u> 4º trimestre de 2020	Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.

Energia					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
Eletrobras	AC, AL, AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO	Privatização	<u>Decreto nº 9.351, de 19 de abril de 2018</u>	Fase atual: estudos não iniciados.	A proposta de desestatização tem por objetivo reduzir a participação da União no capital da Eletrobras preservando o poder de veto para garantir a manutenção de decisões estratégicas para o País. <u>A redução da participação será feita por meio da emissão de papéis da empresa sem subscrição da União, conforme previsto no Projeto de Lei nº 9.463/2018.</u>

Outros					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
<b>Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT</b>	DF	Desestatização	<a href="#"><u>Decreto nº 10.066, de 15 de outubro de 2019</u></a>	<u>Fase atual:</u> estudos não iniciados.	Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.  Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 68, de 21 de agosto de 2019, pela qualificação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
<b>Casa da Moeda</b>	DF	Desestatização	<a href="#"><u>Decreto nº 10.054, de 14 de outubro de 2019</u></a>	<u>Fase atual:</u> estudos não iniciados.	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 17, de 23 de agosto de 2017, na qual pinta pela qualificação de medidas de desestatização relacionadas à Casa da Moeda do Brasil, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, e recomenda a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

<p align="center"><b>Telebras - Telecomunicações Brasileiras S.A.</b></p>	<p align="center">DF</p>	<p align="center">Desestatização</p>	<p align="center"><u><a href="#">Decreto nº 10.067, de 15 de outubro de 2019</a></u></p>	<p align="center"><u>Fase atual:</u> estudos não iniciados.</p>	<p>Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019. Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 67, de 21 de agosto de 2019, na qual opina pela qualificação da Telebras – Telecomunicações Brasileiras S.A., n Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.</p>
<p align="center"><b>Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados</b></p>		<p align="center">Desestatização</p>	<p align="center">Anúncio Governamental</p>	<p align="center"><u>Fase atual:</u> estudos não iniciados.</p>	<p>Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.</p> <p>Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 83, de 21 de agosto de 2019, na qual opina pela qualificação da SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de estudar alternativas de desestatização.</p>

<p><b>Dataprev - Empresa De Tecnologia e Informações Da Previdência</b></p>		<p>Desestatização</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> estudos não iniciados.</p>	<p>Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.</p> <p>Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 84, de 21 de agosto de 2019, na qual opinou pela qualificação da DATAPREV - Empresa De Tecnologia e Informações Da Previdência, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de estudar alternativas de desestatização.</p>
<p><b>Emgea - Empresa Gestora de Ativos S.A.</b></p>	<p>DF</p>	<p>Desestatização</p>	<p><u>Decreto nº 10.008, de 5 de setembro de 2019</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> estudos em discussão entre as equipes do Ministério da Economia e da Secretaria do PPI.</p>	<p>Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.</p> <p>Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 65, de 21 de agosto de 2019, na qual opinou pela qualificação da Empresa Gestora de Ativos S.A. - EMGEA no Programa de Parcerias de Investimentos — PPI e inclusão no Programa Nacional de Desestatização — PND.</p>



<p align="center"><b>ABGF - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.</b></p>		<p align="center">Desestatização</p>	<p align="center"><u><a href="#">Decreto nº 10.007, de 5 de setembro de 2019</a></u></p>	<p><u>Fase atual:</u> estudos em discussão entre as equipes do Ministério da Economia e da Secretaria do PPI.</p>	<p>Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.</p> <p>Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 62, de 21 de agosto de 2019, na qual opina pela qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI e pela inclusão no Programa Nacional de Desestatização – PND da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF e dá outras providências.</p>
<p align="center"><b>Lotex - Loteria Instantânea Exclusiva</b></p>		<p align="center">Desestatização</p>	<p align="center"><u><a href="#">Decreto nº 9.155, de 11 de setembro de 2017</a></u></p>	<p><u>Fase atual:</u> estudos não iniciados.</p>	<p>Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 64, de 21 de agosto de 2019, a qual altera a Resolução nº 16, de 23 de agosto de 2017, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, que dispõe sobre o processo de desestatização do serviço público de Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEX.</p>

<p><b>Ceasaminas - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A</b></p>	<p>MG</p>	<p>Desestatização</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> estudos não iniciados.</p>	<p>Retomada do processo de desestatização das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS, incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND por meio do Decreto nº 3.654, de 07 de novembro de 2000.</p>
<p><b>CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo</b></p>	<p>SP</p>	<p>Desestatização</p>	<p><u>Decreto nº 10.045, de 4 de outubro de 2019</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> estudos não iniciados.</p>	<p>Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019. Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 81, de 21 de agosto de 2019, na qual opina pela inclusão da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP no Programa Nacional de Desestatização - PND e sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI.</p>

<p align="center"><b>CEITEC - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A</b></p>		<p align="center">Desestatização</p>	<p align="center"><u><a href="#">Decreto nº 10.065, de 14 de outubro de 2019</a></u></p>	<p align="center"><u>Fase atual:</u> estudos não iniciados.</p>	<p>Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.</p> <p>Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 66, de 21 de agosto de 2019, na qual opina pela qualificação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de estudar alternativas de parceria com a iniciativa privada, bem como para propor ganhos de eficiência e resultado para empresa, com vistas a garantir sua sustentabilidade econômico financeira.</p>
<p><b>Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, e da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT</b></p>	<p align="center">RS</p>	<p align="center">Desestatização</p>	<p align="center">Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> BNDES está em fase de contratação de prestador de serviço para fazer o modelo de privatização.</p>	<p>CEEE-GT: Geração e Transmissão Parque gerador - 1.267,27 MW</p> <p>CEEE-D: Distribuição Clientes (em milhares) - 1724,1 Mercado (em GWh/ano) - 6789</p>

<b>CEB</b>	DF	Desestatização	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Governo do DF contratou o BNDES para fazer o suporte técnico da desestatização.	Clientes (em milhares) - 1080,9 Mercado (em GWh/ano) - 5581 Parque gerador - 682,07 MW
<b>CEA</b>	AP	Desestatização	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Aguarda definição do MME de leilão para contratação do novo concessionário	Clientes (em milhares) - 204,9 Mercado (em GWh/ano) - 1053
<b>CEMIG</b>	MG	Desestatização	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> proposta de privatização será apresentada à ALMG	Clientes (em milhares) - 8.427,1 Mercado (em GWh/ano) - 7474 Parque gerador - 6.100 MW